



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

### Interpelação Escrita

Os regimes de contratação e de gestão da equipa de funcionários públicos de Macau já são alvo de críticas há muito tempo, razão pela qual a avaliação de desempenho é inútil, as regras de incentivo e punição são desconhecidas, e as oportunidades de promoção são poucas, entre outras razões. Quando se comparam os funcionários públicos do quadro com os do regime de contrato, verifica-se que existe uma grande diferença irrazoável, ao nível quer da promoção quer das regalias, o que despertou a atenção da sociedade.

Segundo muitas das opiniões que recebi, quando um funcionário público contratado além do quadro é nomeado para um cargo de chefia, cessa a sua qualidade de funcionário público contratado além do quadro; mas, se for um funcionário público do quadro, após ser nomeado para exercer outro cargo, a sua qualidade anterior mantém-se e a contagem da antiguidade continua para efeitos de promoção. Mais, quando o pessoal do quadro pretende frequentar cursos no estrangeiro, pode pedir licença sem vencimento, mas o pessoal do regime de contrato tem de pedir renúncia do cargo. Todos são funcionários públicos, têm as mesmas necessidades básicas de aprendizagem e estudo, mas os regimes de gestão são completamente diferentes. Assim, muitos funcionários públicos do regime de contrato entendem que estão a ser



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

privados dos seus direitos, e isto pode afectar o moral da equipa de funcionários públicos.

No passado, com vista a resolver a insuficiência de pessoal do quadro, muitos serviços públicos, mesmo alguns cujo quadro de pessoal ainda não estava totalmente preenchido, recorreram ao regime de contrato para a contratação de um elevado número de funcionários. Estabelecendo a comparação entre o regime do pessoal do quadro e o regime do pessoal de contrato, verifica-se que este último não foi alvo de melhorias ao longo destes vários anos, e que as diferenças entre ambos afectam directamente a mobilidade, a promoção e a formação do pessoal. Nos termos do regime actual, mesmo quando um funcionário do regime de contrato tem desempenho excelente, não pode entrar directamente para o quadro, necessita de passar por concurso, e ao fazê-lo, a antiguidade acumulada não é contada, tem de partir do zero, e o seu salário também é reduzido significativamente. Assim sendo, quem é que está disposto a fazê-lo?

Actualmente, o desenvolvimento económico e social encontra-se numa situação estável, portanto, no respeitante à estrutura administrativa e à dotação de pessoal, alguns cargos temporários devem passar a definitivos, e os novos serviços também devem passar a ser permanentes. O Governo deve estar consciente em relação a estas mudanças e assumir uma posição clara. Se continuar a manter a mesma



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

forma de trabalhar, as consequências negativas disso terão impacto contínuo para o quadro de pessoal da Administração.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A dimensão e a estrutura da equipa de funcionários públicos de Macau peca por falta de planeamento científico, e as necessidades dos funcionários públicos são inúmeras. Em relação ao planeamento dos recursos humanos e à gestão do quadro de pessoal, de que ideias e propostas de melhoria dispõe o Governo?
2. Os funcionários do regime de contrato, que perdem a sua qualidade anterior quando são nomeados para cargos de direcção e chefia, devem poder voltar ao seu cargo quando termina o prazo da nomeação, e a contagem da antiguidade não deve ser interrompida. Aquando da revisão do “regime de carreiras”, o Governo deve considerar criar um regime de recontração, tendo em conta as características dos cargos exercidos pelos funcionários do regime de contrato, para que estes possam dedicar-se ao trabalho sem qualquer preocupação. Vai fazê-lo?
3. O pessoal contratado além do quadro, com muitos anos de experiência profissional, é considerado precioso. Nas LAG do ano passado, o Governo afirma que vai proceder a uma revisão do regime das carreiras dos funcionários públicos, e estudar a



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

integração no quadro do pessoal em regime de contrato sem termo e a viabilidade da aplicação de um regime comum. Já passou um ano mas mais nada se viu em relação a isto. Qual é o ponto de situação da integração no quadro do pessoal do regime de contrato?

24 de Novembro de 2017

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Song Pek Kei**